



## **SESSÃO TEMÁTICA Nº 03 - AÇÃO PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO: PROCESSOS E NOVOS APORTES**

### **Dinâmicas e incidências democráticas de coletivos urbanos: instrumentos e associações no território**

**Doriana Daroit, Universidade de Brasília**

**Nuno Pinto, Universidade de Manchester**

**Zilma Borges de Souza, Fundação Getúlio Vargas**

**Fernanda Natasha Bravo Cruz, Universidade de Brasília**

**Laura Martins de Carvalho, Universidade de São Paulo**

**Priscila de Oliveira Rodrigues, Universidade de Brasília**

#### **Resumo:**

A inviabilização de instâncias participativas “oficiais” realizada pelo Decreto 9.759/2019 do Governo brasileiro não extinguiu a capacidade de mobilização social e a ação pública de base popular, a qual objetiva incidir sobre temas e orientações que influenciem diretamente os espaços públicos ou promovam aperfeiçoamentos de políticas públicas. Há uma reorganização dos atores envolvidos com os processos políticos e reivindicatórios e de práticas de mobilização e intervenção que podem vir a reconfigurar a ação pública. Parte dessas práticas podem ser observadas pela organização dos coletivos, que passam a constituir esferas de debates e pressão pública para a promoção de mudanças sociais fundamentadas por práticas associativas que prezam pela horizontalidade para realização de intervenções sociopolíticas e estabelecimento de outros canais de diálogo com o Estado. O artigo tem como proposta investigar as dinâmicas de mobilização e articulação de coletivos urbanos e sua capacidade de incidir sobre o espaço público e políticas públicas, colocando ênfase nas dinâmicas e instrumentos que operacionalizam seus processos decisórios e as estratégias de associação. Foi realizado estudo exploratório considerando coletivos na Área Metropolitana de Brasília nas temáticas de espaço público e mobilidade urbana e na Região Metropolitana de São Paulo com enfoque no município de São Paulo nas temáticas de agricultura urbana e segurança alimentar. Os principais critérios de caracterização dos coletivos foram sua natureza jurídica, liderança, estrutura de articulação, capacitação técnica, financiamento e abrangência do engajamento. Os coletivos apresentam características bastante diversas, compreendendo desde famílias que se organizam para produção orgânica até atuação em instituições participativas, no sistema político local e em redes internacionais. Esses modos de organização indicam também diferentes níveis de capacitação

técnica, financiamento e alianças dos grupos, apontando para diferenças nas suas capacidades de geração de mudanças na ação pública que decorrem e influenciam diretamente a mobilização de instrumentos associados a seus processos decisórios e estratégias de articulação.

**Palavras-chave:** Coletivos, Ação Pública, Tomada de Decisão, Agricultura Urbana, Mobilidade Urbana.

## 1. INTRODUÇÃO

Os processos participativos no Brasil ganharam impulso com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) por meio do estabelecimento de mecanismos de participação política para viabilizar os “novos” direitos sociais. Estes processos colocaram em xeque a estrutura de gestão estatal no que se refere aos seus objetivos e a sua capacidade de responder e articular novas demandas sociais (DAROIT et al, 2018).

O estabelecimento das interfaces socioestatais participativas configurou um campo complexo que mescla instâncias federais, estaduais, distritais e municipais e com diferentes características (deliberativas, consultivas, fiscais, administrativas) associadas à sua capacidade de incidência sobre normas e políticas públicas. Após quase 30 anos da CF/1988, inúmeros estudos apontam a proliferação de conselhos pelo Brasil (BRASIL, 2014; PIRES, VAZ, 2012), e indicam aperfeiçoamentos, desafios e problemas existentes (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014).

Após a deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, novas performances são assumidas pelos representantes da sociedade civil de inúmeras interfaces socioestatais, as quais passam a ser espaços de resistência e de denúncia de processos considerados antidemocráticos (CRUZ, 2020, CRUZ, DAROIT, 2021). Em 2019, uma nova alteração de cenário gera modificações performáticas e estruturais. O Decreto 9.759, de 11/04/2019 extinguiu mais de 700 colegiados ligados à participação da sociedade civil na administração pública, com redução do número de integrantes, alteração das regras para deliberações e restrição de competências. Isto desmobilizou os espaços de debate e restringiu o acesso da sociedade à discussão das políticas públicas.

A extinção de instâncias oficiais de participação não elimina a capacidade de mobilização social e de ação pública que têm por objetivo incidir diretamente sobre os espaços públicos ou visem promover aperfeiçoamentos nas políticas públicas. Nota-se uma reorganização dos atores envolvidos com os processos políticos e reivindicatórios, apresentando formas de mobilização e intervenção que reconfiguram a ação pública (BORGES, 2020).

Neste contexto, na última década, na última década, um novo formato de organização de base comunitária emergiu na forma dos chamados coletivos. Coletivos são grupos com práticas colaborativas e autonomistas, geralmente de baixa institucionalização e pautados por relações

horizontais, com propósitos de realização de mudanças sociais por meio de processos dialógicos e intervenções sociopolíticas (SCHERER-WARREN, 2014, GOHN, 2018, PEREZ, 2020).

A partir da mudança de panorama surgida com a extinção de interfaces socioestatais institucionalizadas, os coletivos passaram a constituir espaços de mobilização importantes para a realização da ação pública e concretização de processos democráticos. Seus repertórios e estratégias de atuação envolvem mobilizações internas e articulações externas de forma a conferir capacidade de incidência sobre a solução de problemas públicos. Nesse sentido, os processos decisórios ligados tanto à definição dos objetivos dos coletivos e à implementação de suas estratégias quanto às suas articulações com outros atores, constituem-se um campo importante de análise que permite compreender a forma de atuação dos coletivos e sua capacidade de promoção de processos participativos e democratizantes para o desenvolvimento social, económico e político.

O nosso artigo reporta a primeira fase de uma pesquisa que pretende avaliar a incorporação de conhecimento e práticas de tomada de decisão nas atividades dos coletivos enquanto organizações sociais que refletem a estruturação *bottom-up* dos agentes urbanos. Neste artigo, analisamos uma primeira amostra de coletivos com atuação nas áreas da cidade e mobilidade, sediados na Área Metropolitana de Brasília, e coletivos com atuação na área da agricultura urbana, sediados na Região Metropolitana de São Paulo.

Na seção 2 estabelecemos o contexto de surgimento e atuação dos coletivos no panorama recente da sociedade brasileira. Na seção 3, apresentamos a metodologia usada na recolha e análise dos dados nesta fase da pesquisa. A seção 4 apresenta uma análise crítica de uma amostra de vinte coletivos que atuam na Área Metropolitana de Brasília e na Região Metropolitana de São Paulo. Finalmente, na seção 5, discutiremos os principais aportes desta fase da pesquisa e sua contribuição para a definição dos próximos passos.

## **2. OS COLETIVOS COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

Em Junho de 2013, os protestos de rua que participaram da desestabilização das relações entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo brasileiros foram catalizadores da ativação de novas estratégias de engajamento civil. O Movimento Passe Livre (MPL), fundado no Fórum Social Mundial (FSM) de 2005, foi o primeiro grupo relevante na cena de 2013 e apresentou suas reivindicações articuladas por jovens que rechaçavam práticas hierárquicas e personalistas de movimentos sociais convencionais e da política institucional.

No MPL, que aprendeu suas dinâmicas organizacionais com ativistas altermundistas no FSM, as atividades voltadas ao passe livre para todos e todas não são conformadas por líderes

mas sim de modo colaborativo entre os engajados, que convencionalmente realizavam ações diretas, com caráter educativo e de propósito autonomista, simultaneamente voltado ao aqui e agora (preço da passagem), como a projetos utópicos mais abrangentes que incluíam o direito universal à mobilidade urbana (SCHERER-WARREN, 2014). Suas características foram inspiradoras de outros grupos e movimentos de juventude que se autodenominam por coletivos, também fluidos, pouco institucionalizados, com sentidos pautados pela autonomia e horizontalidade, e que podem ter práticas efêmeras ou permanentes, fragmentadas ou articuladas em redes de redes (GOHN, 2018).

Parte dessas práticas podem ser observadas pela organização dos coletivos, que passam a constituir esferas de debates e pressão pública para a promoção de mudanças sociais fundamentadas tanto na realização de intervenções sociopolíticas quanto no estabelecimento de outros canais de diálogo com o Estado.

Ainda que o formato de coletivo remeta a práticas das décadas de 1970 e 1980 de movimentos feministas e negros, foi na segunda década dos anos 2000 que as práticas movimentistas mais horizontalizadas e de baixa institucionalidade ganharam maior difusão e capilaridade (PEREZ, 2020).

Em geral, os coletivos que despontaram na cena política brasileira nesse período localizam-se territorialmente e apresentam pautas identitárias como base da mobilização ou em cruzamento com outras pautas centrais. Desse modo, questões raciais e de gênero permeiam temas diversos como os de segurança pública, mobilidade, moradia e insegurança alimentar, por exemplo. Além disto, os elos que fortalecem estas ações e funcionam como estruturadores destas experiências têm revelado espaços de micropolítica, práticas de base popular e conexões informais geradas no cotidiano (SPINK, 2019).

Todas essas variáveis nos levam a reconhecer que estados e governos não são atores homogêneos, e também as políticas públicas e as formas de relação entre estes se constituem pela articulação de diversos subsistemas que possuem configurações particulares, as quais estabelecem possibilidades e restrições específicas ao acesso e à atuação dos atores societários (TATAGIBA, ABERS, SILVA, 2018). As práticas e estratégias desses atores se colocam justamente como forma de condução dos interesses e lutas em interação com a conjuntura na qual estão inseridos. É nesse contexto que torna-se relevante no Brasil o surgimento de diferentes grupos de organização popular que atuam mais próximos ao cotidiano e com problemas mais concretos que afetam a vida da população. Compreende-se que estes coletivos podem criar uma capilaridade para atuar na base de movimentos sociais, ocupando um espaço que foi, durante a retomada da democracia no período pós-ditadura, ocupado principalmente por movimentos eclesiais de base

(PAMPLONA, MENDES, 2020), os quais tiveram um papel muito importante na construção de resistência à ditadura e compartilhamento de práticas de organização política democrática.

Além disso, os coletivos têm se articulado com outros, conformando redes que “referem-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis (por exemplo, entre ONGs ambientalistas). Estes coletivos podem vir a ser segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais, que por sua vez é uma rede de redes” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

### ***2.1 Uma abordagem para entender a ação dos coletivos***

Por não necessariamente terem estruturas organizacionais institucionalizadas e por buscarem a mobilização coletiva, o aporte das redes como abordagem analítica pode contribuir para a compreensão das dinâmicas de ação e de incidências internas e externas aos coletivos. Entre as abordagens de redes, a proposta da Teoria Ator-Rede (TAR) tanto pode contribuir com a análise das conexões e associações entre atores, quanto explicitar o papel dos instrumentos utilizados para a tomada de decisão, comunicação, diagnóstico de problemas, enfim, práticas de gestão e de articulação dos coletivos. Venturini (2010) afirma que, na Teoria Ator-Rede (TAR), não há separação entre estruturas e interações, ou seja, a rede une as perspectivas dos arranjos institucionais e instrumentalização, das ações e das disputas entre os atores.

Seguindo a TAR, a ação coletiva é a própria ação de construção e reconstrução da rede. Um dos diferenciais da TAR é que tanto atores humanos quanto atores não-humanos (instrumentos, organizações, normas, conceitos, objetos e outros) contribuem para a realização da ação no mesmo nível de importância (LATOUR, 1997). Por isso, a ênfase da análise recai sobre as associações entre humanos e não-humanos como forma de (re)construção do mundo social. Para compreender o social é preciso rastrear conexões e compreender a construção do coletivo, entendendo que humanos e não humanos estão continuamente redefinindo seu curso de ação (LATOUR, 2005). De acordo com Venturini (2010), as redes são configurações dinâmicas/temporárias, nas quais os atores refazem os antigos laços e a emergência de novas redes que surgem redefinindo a identidade dos atores. Essas forças mobilizadas levam à ação coletiva, que não pode ser entendida por forças sociais homogêneas (LATOUR, 2012), mas por uma ação que movimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes.

Nessas mobilizações, interesses são traduzidos e deslocados, podendo gerar atuações conjuntas (inclusive com atores estatais) para a definição de problemas públicos e soluções em espaços coletivos, constituindo a ação pública. A constituição das redes contribui na formação dos coletivos, pois os atores constituídos na ação mobilizam outros, que podem promover transformações sociais e favorecer a realização de políticas públicas mais participativas. De acordo com este entendimento, os coletivos seriam redes, cuja dinâmica de articulação entre

membros e entre coletivos teria por objetivo promover mudanças sociais, por meio de intervenções em espaços múltiplos, sejam eles locais, afeitos à intervenções pontuais, ou mesmo espaços bastante amplos, como intervenções sobre políticas públicas ou leis.

O espaço de ação do coletivo o vincula ao território, no entanto, não a um território exclusivamente delimitado de forma geográfica, mas um território dinâmico, expresso nas práticas de articulação dos atores humanos e não-humanos em rede. Como colocado por Milton Santos (2008), o espaço constitui-se tanto por um sistema de objetos, quanto por um sistema de ações, expressando tanto a ideia de técnica e de razão, quanto de tempo e emoção, conformando o território vivido. Como em seu território os atores experienciam múltiplas possibilidades de conexões, acabam por constituir territórios-rede (HAESBAERT, 2003). As ideias de território e de rede são, assim, articuladas para a compreensão dos coletivos em suas ações.

## ***2.2 O momento atual dos coletivos no cenário brasileiro***

As discussões sobre o enfraquecimento das interfaces socioestatais no Brasil estão ligadas a importantes debates relacionados aos ataques recentes à democracia que o país vem enfrentando e envolvem problemas como a desconstrução de instâncias participativas e a tentativa de descrédito da contribuição de movimentos sociais por parte do governo federal (ADAMS et al, 2020).

Por outro lado, nesse contexto as possibilidades de reinvenção democrática por meio da mobilização popular, práticas e organização de lutas sociais têm um significado político que se conecta com o legado das experiências vivenciadas nos espaços institucionais de participação. Diferentes formas do fazer político foram experimentadas pela população de forma relevante nos últimos 35 anos. Isto ocorreu desde o período de organização de forças populares após a ditadura militar e para construção da Constituição Federal com forte base social e posteriormente nas experiências de participação social institucionalizada. Conforme Avritzer (2016), o país vivenciou uma espécie de consenso que tinha dois grandes componentes relativamente integrados entre si, o de mobilização e o de participação institucionalizada, tendo esta última se consolidado cada vez mais fortemente como elemento central neste processo. Uma centralidade que não significou ruptura com as bases da sociedade, revelando uma aproximação muitas vezes exitosa e fortalecendo a legitimação de mecanismos de participação direta em várias áreas. A partir das experiências cidadãos de autonomia, apropriação de espaços políticos, participação em conselhos e atuação em outros mecanismos de democracia direta, diferentes formas de vivência política foram performadas, com aprendizagens tanto para o governo, como para a população em geral, sociedade civil organizada e lideranças populares, que se engajaram em discussões, consultas

públicas e outras formas de participação social (BORGES, 2020). Isto trouxe também um maior envolvimento de múltiplos atores na formulação, implementação e controle social de políticas públicas.

O que é importante considerar aqui é que no momento político atual, ao se desconstruir os espaços institucionalizados de participação, rompe-se também com o caminho que vinha sendo trilhado de relações entre a mobilização popular e a estrutura institucionalizada de governo (AVRITZER, 2016). Além das perdas políticas, esta ruptura pode levar à redução de interfaces socioestatais que produziam políticas públicas mais adequadas à imensa diversidade territorial e desigualdade social no país.

Quais reações a sociedade brasileira tem demonstrado a tudo isto? De que formas a sociedade tem se organizado para se colocar frente à necessidade de reposicionamento das forças democráticas e como tem se mobilizado para ampliar os espaços de ação pública que produzam políticas e ferramentas adequadas?

Em um contexto político que vem se modificando fortemente desde a eleição da presidenta Dilma Rousseff para seu segundo mandato (iniciado em 2014) e posterior *impeachment* (2016), até a eleição do atual presidente (2018), um quadro de instabilidade se mantém até hoje, com forte polarização política e social.

### ***2.3 Mecanismos de intervenção pública e ação dos coletivos***

A produção de ações públicas efetivas concerne à articulação coletiva, formando estratégias enquanto veículos para práticas, e reconhecendo as associações entre atores e atrizes de diversas esferas, que podem ser tanto institucionais como não-institucionais, bem como, com Latour (2012), humanos e não-humanos. Com Andrade (2011), as estratégias são mais do que metas ou objetivos de planejamento desconectados da realidade social. São os fazeres em contínua formação, interações articuladas, congregando atores e realizando efeitos práticos. Estas características da estratégia, portanto, vinculam tanto elementos técnicos quanto políticos (LÚCIO et al, 2014). Ao dissociar a técnica da capacidade humana de associação para ação política e transformação social, perde-se a capacidade dialética de compreensão e construção da realidade (ARENDT, 2008). A ideia de estratégia, considerando elementos técnicos e políticos, vincula-se à apreensão da complexidade dos processos sociais e, simultaneamente, fornece ferramentas operacionais para a construção de objetivos e planos de ação que enfrentem problemas complexos e multidimensionais para os quais ainda não existe solução normativa e que impactem positivamente na sociedade (LÚCIO et al, 2014).

Para Andrade e Valadão (2017), a diversidade de performances possíveis que os atores podem empreender a partir de suas bases relacionais pode configurar múltiplas realidades que podem ser compreendidas na dinâmica da ação pública, potencializando, inclusive, novas configurações territoriais. Na ação realizada de forma coletiva, atores como os coletivos e movimentos sociais são capazes de, por meio de suas práticas, gerar inovações sociais (DOWBOR, CARLOS, ALBUQUERQUE, 2014) relevantes que são incorporadas pelo Estado por meio de instrumentos de ação pública.

Essa noção de instrumentos de ação pública (HALPERN, LASCOUMES, LE GALÈS, 2014; CRUZ, 2020), refere-se aos mediadores de interfaces socioestatais e pode articular-se a ideia de estratégias que agregam atores não-humanos. Instrumentos permitem materializar e explicitar emergências dos processos de governança que regulam e apontam para os limites e oportunidades de ação pública, constringendo e oportunizando dinâmicas interacionais. Nessa medida, as estratégias de coletivos tanto podem ser limitadas pelos instrumentos, como podem forçar novos delineamentos.

As escolhas de instrumentos de ação pública não são apenas técnicas, mas também políticas, revelando diferentes interesses mobilizados. Por isso a importância de se compreender também as razões que levam a se reter certo instrumento mais que outro e os efeitos produzidos por essa escolha, o que podemos identificar como o processo de instrumentação, que se propõe a compreender o conjunto de problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos - técnicas, meios de operar, dispositivos (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

A configuração dos instrumentos resulta da dinâmica de ação pública que pode também ser compreendida por meio das associações entre os atores, ou seja, por meio da configuração das redes. Os instrumentos conferem, então, um quadro de referência na medida em que delimitam a interpretação do problema, a forma de atuação dos atores e os resultados esperados. Embora busquem a estabilidade, a mesma é provisória, pois as associações e dissociações dos atores acabam por reconfigurar os instrumentos de acordo com o contexto interno e externo, exigindo atenção permanente aos processos decisórios de definição estratégica.

No caso dos coletivos, os fluxos decisórios envolvem, portanto, seu contexto interno, mas também em rede com outros atores (outros coletivos, associações, redes, poder público, comunidade e outros), definem os objetivos do coletivo, suas práticas de associação e de intervenção sociopolítica, constituindo estratégias de ação pública. Logo, é importante questionar como os coletivos se organizam, quais os instrumentos (HALPERN, LASCOUMES, LE GALÈS, 2014) que utilizam nas dinâmicas associadas aos seus processos decisórios, quais as estratégias (inclusive de associação entre atores) que surgem dessas dinâmicas e quais as efetividades das suas ações.

## ***2.4 Conhecimento e métodos de apoio à decisão e os coletivos***

Os coletivos, enquanto grupos comunitários que desenvolvem uma agenda de intervenção participativa, pretendem, em conceito, juntar a comunidade que representam com o sistema institucional que tem os recursos e estabelece as estratégias de intervenção em suas áreas de atuação. Estes processos são, muitas vezes, suportados por sistemas, mais ou menos complexos, de tomada de decisão em que a contribuição dos coletivos poderá ter um papel preponderante.

Exemplos da incorporação de métodos de tomada de decisão para apoiar processos em que cidadãos, de forma individual ou organizada, são parte do processo decisório são comuns em muitos sistemas de política pública. Muitos destes métodos foram concebidos para oferecer níveis de simplicidade e inteligibilidade que permitam a compreensão dos métodos e dos seus resultados por parte de cidadãos ou grupos comunitários. O uso de indicadores simples (WONG, 2006), de análise custo-benefício (SCHOFIELD, 2018) ou análise multi-critério (NIJKAMP et al, 1990) ilustram como abordagens baseadas em teorias e técnicas testadas e validadas em múltiplos casos e diferentes contextos socio-econômicos permitem um relacionamento mais direto entre o plano técnico e decisório e os beneficiários finais das decisões. Num caso muito próximo da ação dos coletivos brasileiros, Biderman e Swiatek (2020) reportam o desenvolvimento de um sistema de avaliação de mobilidade para avaliar as transformações do sistema de transportes em São Paulo no decurso dos protestos de 2013 que deram origem ao Movimento Passe Livre. No entanto, existem fortes críticas sobre a capacidade que estes métodos, apesar da sua flexibilidade, têm de efetivamente transpor aspectos fundamentais do processo participativo, nomeadamente ao aplicar uma abordagem reducionista da complexidade da realidade. Exemplos destas críticas podem ser encontradas, por exemplo, na crítica à análise custo-benefício, a ética da sua aplicação (KELMAN, 1981) e à sua incapacidade de monetizar todos as componentes de um processo (BEUKERS et al, 2012) ou de incorporar considerações de equidade (MARTENS et al, 2011).

Essa dicotomia, entre o potencial evidente do uso de métodos de suporte à tomada de decisão e a sua aceitação por parte das populações alvo de políticas, aponta para a necessidade de se entender a aplicação destes métodos como processos de geração de conhecimento sobre os processos e os seus potenciais impactos e não só métodos de geração de dados (BEUKERS et al, 2012). A melhoria da aceitação do uso dos métodos de apoio à tomada de decisão, que levará a processos mais qualificados e atores mais informados, depende da capacidade de implementação destes métodos de forma colaborativa em que os atores contribuem para a melhor formulação dos problemas e os decisores asseguram rigor e transparência nos processos.

Os coletivos, pela sua natureza de entidade agregadora de comunidades em torno de interesses comuns, afiguram-se como entidades adequadas para desenvolver os métodos existentes e produzir inovação para obter decisões mais ajustadas para o seu contexto e para sua capacidade de incidência social. Neste sentido, os métodos de apoio à tomada de decisão podem ser compreendidos como instrumentos de ação pública.

### **3. METODOLOGIA**

Os movimentos de coletivos no Brasil têm uma ampla atuação em diversas cidades por todo o país nos mais variados campos, o que implica a definição das áreas de atuação de interesse para a pesquisa bem como quais as cidades a considerar.

O enfoque da pesquisa no uso de processos decisórios na prática dos coletivos aconselha a seleção de áreas de atuação onde seja possível encontrar problemas que requeiram avaliação de alternativas em contexto de definição ou negociação de estratégias, preferencialmente envolvendo outros atores tanto comunitários como institucionais.

Considerando a diversidade dos coletivos brasileiros, a escolha recaiu sobre as áreas de atuação em (1) cidades e mobilidade e (2) agricultura urbana incluindo ainda segurança alimentar e nutricional, uma vez que ambas envolvem potenciais decisões que incluem, por exemplo, disponibilidade de solo, localização ou investimento. Estas áreas de atuação permitem também a comparação metodológica com diversos casos reportados na literatura de participação e de apoio à decisão.

As cidades escolhidas relacionam-se com estas áreas de atuação. A pesquisa centra-se na Área Metropolitana de Brasília (AMB) para cidades e mobilidade e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para agricultura urbana. A AMB inclui regiões planejadas de raiz como o Plano Piloto, Ceilândia ou o Gama, e outras sem qualquer intervenção, o que transforma a questão urbana num item central na discussão pública. A RMSP, pela sua dimensão, densidade populacional e estrutura socioeconômica coloca o tema da sustentabilidade e segurança alimentar na agenda social e política.

Nesta primeira fase da pesquisa sobre os processos decisórios dos coletivos foi realizado um mapeamento, não exaustivo, de coletivos urbanos na AMB e na RMSP com o objetivo de identificar coletivos engajados em alguma iniciativa para a qual precisem de uma estratégia e que possa envolver outros atores, tanto comunitários como institucionais. O mapeamento foi feito por análise da existência online dos diversos coletivos, nomeadamente em páginas web ou redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) ativas. Foram usados dados disponíveis em plataformas e sites vinculados às áreas de atuação dos coletivos, consulta a bases de teses e dissertações da Universidade de Brasília (<https://repositorio.unb.br/>) e da Fundação Getúlio Vargas

(<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/>) e dados oriundos de pesquisas anteriores como Biazotti (2020), Carvalho (2021) e Porto de Oliveira (2017). Os coletivos foram classificados de acordo com: localização, início das atividades, área original de ativismo, área de ativismo relevante, atividades, natureza jurídica, liderança, estrutura, capacitação técnica e financiamento, nível de engajamento (comunidade, sociedade, poder público) e área geográfica de intervenção. O mapeamento buscou identificar coletivos com características diversas, especialmente quanto à liderança, estrutura e níveis de engajamento. A pesquisa foi feita usando um formulário online desenvolvido no sistema Qualtrics, disponível em versão desktop e também para telefone celular/tablet, a fim de maximizar o número de respondentes, uma vez que muitos dos membros dos coletivos operam apenas no âmbito de redes móveis, em aplicativos como *Whatsapp*. O formulário incluiu um consentimento informado e remete para a página web do projeto de pesquisa para informações completas sobre o mesmo. Nenhuma pergunta com carácter pessoal foi incluída. A pesquisa passou por uma análise ética usando as orientações da política de ética da Universidade de Manchester.

O número de respostas completas e validadas usado neste artigo é de vinte, com sete respostas de coletivos com intervenção em cidade e mobilidade, sediados na AMB, e treze coletivos com intervenção em agricultura urbana sediados na RMSP.

#### **4. ATUAÇÃO, ASSOCIAÇÕES E PROCESSOS DECISÓRIOS NOS COLETIVOS**

Embora as áreas de atuação dos coletivos tenham sido previamente definidas - cidades e mobilidade e agricultura urbana - os coletivos apresentam ampla diversidade temática e organizacional, caracterizando-se tanto pelo envolvimento de poucos atores, como no caso de famílias que realizam produção orgânica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), quanto pelo estabelecimento de redes de coletivos e de outros atores. Neste sentido, apresentam também uma diversidade de instrumentos de ação pública para a realização de intervenções no espaço urbano e para participação nos espaços de debates em políticas públicas que decorrem de processos decisórios do próprio coletivo e/ou da rede na qual se inserem, como pode ser observado nas discussões oriundas da coleta de dados a seguir.

##### **4.1 Intervenção na cidade e mobilidade: os coletivos na Área Metropolitana de Brasília**

Os processos de urbanização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), cuja área de estudo é representada na Figura 1, nem sempre seguiram o padrão de urbanização proposto para a Capital e, por isso, desde a construção e fundação de Brasília, há luta e resistência pela ocupação de terras, principalmente no Distrito Federal e Entorno. Conforme Martins (2016), há que se considerar que na heterogeneidade da cidade há uma ação prioritária de preservação do plano

inicial, afastando os aglomerados populacionais de trabalhadores, sem se desvincular deles. Há uma setorização entre as cidades e regiões administrativas, bem como dentro delas, que revela diferenças socioeconômicas claramente estabelecidas. Isso influi diretamente sobre o uso, a ocupação e a vivência nas cidades, inclusive sobre os diferentes modos em que os atores socializam e se apropriam dos espaços públicos.

Nos complexos fluxos da AMB, uma questão importante que vem sendo debatida pelos movimentos sociais é a mobilidade. Ao longo dos anos têm prevalecido a lógica rodoviarista, de incentivo ao uso de automóveis e grandes obras de ampliação de vias. A própria setorização das cidades, as diferenças socioeconômicas e as longas distâncias entre uma cidade e outra corroboram para a necessidade contínua de se repensar a mobilidade urbana de forma mais inclusiva, que permita fluidez automotiva, acesso a um transporte público de qualidade e ambientes de passagem para pedestres e ciclistas seguros, conectados e iluminados.

Figura 1: Área Metropolitana de Brasília



Fonte: Agência Senado, 2021

Para Schvarsberg (2017), a concepção planejada que fundou Brasília não exige a AMB de corresponder a um processo de metropolização desigual. Para revertê-lo, são exigidos esforços de políticas públicas articuladas para o enfrentamento de dinâmicas marginalizantes das regiões

administrativas distritais e, especialmente, das cidades do entorno em Goiás, observando mais densos processos de planejamento e gestão metropolitana integrados, visando justiça e inclusão socioterritorial. Compreendemos, neste estudo, que coletivos engajados pelo direito a criar e usufruir do espaço social trazem consigo as narrativas e propósitos dos atores que vivenciam os problemas públicos, a permeabilidade da ação pública a esses atores sociais tem o potencial de contribuir para dotar de maior efetividade iniciativas governamentais.

#### **4.2 Intervenção em agricultura urbana: os coletivos na Região Metropolitana de São Paulo**

Na RMSP, as desigualdades espaciais e socioeconômicas se refletem nas múltiplas práticas de agricultura urbana, que variam de acordo com as regiões da cidade, com os objetivos dos seus participantes e na maneira como se relacionam com o poder público. No início da década de 1980, a agricultura urbana em regiões periféricas era um projeto de combate à fome e ao desemprego, fortemente baseado em noções de proteção social (MONTORO, MELO, 1987). No entanto, esses projetos foram abandonados pelo poder público na década de 1990, voltando a ganhar relevância na década de 2000, devido à mobilização social e às políticas públicas e programas desenvolvidos por diversas Secretarias da cidade de São Paulo, em conjunto com a atuação de servidores públicos, organizações da sociedade civil (como ONGs e associações) e projetos de empresas responsáveis por terrenos de hortas comunitárias em regiões periféricas (CARVALHO, 2021; OLIVEIRA, 2017). Desde 2018, a agricultura urbana praticada em regiões periféricas tem revelado um caráter de protagonismo feminino, associado ao empreendedorismo popular agroecológico e à denúncia das injustiças que mulheres enfrentam na agricultura urbana e em outras dimensões de suas vidas, cuja atuação em rede estimula a participação dessas mulheres em conselhos populares (CARVALHO, BÓGUS, 2020).

Considerando a divisão territorial em zonas central, norte, sul, leste e oeste, utilizada como referência de localização no município de São Paulo (Figura 2), tem-se que na zona Leste da cidade, região de segmentos populacionais de nível socioeconômico baixo, o plantio em terrenos de companhia de habitação do estado e de torres de transmissão de energia elétrica possuem, historicamente, um caráter de geração de emprego e renda e acesso ao alimento *in natura* por parte da população vulnerável (CARVALHO, 2021). Na região do extremo sul de São Paulo, a agricultura é praticada desde meados do século XX por agricultores convencionais em zona rural. A partir dos anos 2000, as políticas públicas implantadas na região buscaram estimular a produção orgânica e agroecológica, associadas à preservação ambiental, por ser uma região com duas Áreas de Proteção Ambiental (APA). Desde 2010 diversas iniciativas da sociedade civil organizada ganharam força e provocaram mudanças significativas na região no sentido de ampliar a transição da agricultura convencional para a agroecológica. O poder público, por sua vez, passou

a promover ações para articular essas iniciativas, que posteriormente serviram de base para a formulação de políticas públicas e ampliação de canais de comercialização (NAKAMURA, MARCOS, 2021).

Nas zonas norte, oeste e central da cidade a prática de agricultura urbana possui um caráter ativista, conduzida por participantes de segmentos socioeconômicos mais elevados, com o objetivo de promover a agroecologia, a horizontalidade na articulação política, estímulo à engajamento voluntário apoio às hortas em regiões periféricas (CARVALHO, 2021; BIAZOTI, 2020; NAGIB, 2019). Sua relação com o poder público ocorre principalmente através da articulação de ativistas com membros aliados do poder público e participação em conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável (NAGIB, 2019). Nessa direção, em 2017, um grupo composto por quinze hortas de regiões majoritariamente centrais de São Paulo, reuniram esforços com o objetivo de fortalecer a agricultura urbana de caráter comunitário na cidade, buscando o reconhecimento territorial e político, bem como fortalecer sua articulação para influenciar em decisões e políticas públicas (BIAZOTI, 2020).

Figura 2: Regiões, Subprefeituras e Distritos por Zona do Município de São Paulo.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), Prefeitura do Município de São Paulo, 2021.

Conforme Abreu et al (2020), mesmo se diferenciando por região, alguns elementos principais que se destacam no desenvolvimento da agricultura urbana em São Paulo é que são geralmente iniciativas de pequenos grupos e articuladores locais, propõem soluções para problemas territoriais e mantém uma lógica agroecológica de produção, mobilizando uma pauta político-ideológica vinculada ao engajamento com causas de preservação dos recursos naturais e o comprometimento com a geração de impactos sociais positivos nos territórios onde estão localizados.

#### **4.3 A atuação dos coletivos**

Conforme estudo realizado, na AMB a atuação dos coletivos pesquisados está centrada nos estudos e práticas relacionadas à mobilidade urbana e o direito à cidade, embora seja possível encontrar atuação desses coletivos em outras áreas como política, segurança viária, agricultura urbana e outros. O foco de atuação é maior nas discussões sobre desenvolvimento de uma mobilidade urbana mais inclusiva e mais sustentável, bem como a importância do ativismo em relação ao uso de espaços públicos, em seus mais variados fatores como segurança, acessibilidade e urbanismo colaborativo.

A atuação desses coletivos perpassa por diversos problemas públicos relacionados à falta de manutenção das vias, falta de um projeto urbanístico interligado entre as cidades da AMB, abandono das ruas, violência urbana, ocupação das calçadas pelos ‘puxadinhos’ impossibilitando o uso pelo pedestre, falta de ciclovias, entre outros fatores que motivam esses coletivos a discutir as políticas públicas existentes e a própria falta de políticas públicas para muitos desses assuntos.

É diversificado o âmbito geográfico dos movimentos pesquisados na AMB, em sua maior parte eles atuam nos bairros e nas comunidades locais, mas há atuação também no nível de região administrativa, estado e no âmbito nacional. Há desde atividades pontuais como pesquisa aos usuários de transporte público, até a promoção de um ‘safari urbano’ para diagnóstico da situação urbana sob o ponto de vista do pedestre.

Na RMSP, a atuação dos coletivos está fortemente ligada à produção de alimentos para comercialização e em hortas em espaços públicos, para consumo pela população e difusão de técnicas sustentáveis. Além destas atividades, que foram informadas por doze dos treze coletivos pesquisados, foi encontrada ampla diversidade temática, destacando-se o uso da agricultura para a regeneração da natureza, preservação de mananciais e educação ambiental. Estes campos de atuação se conectam diretamente a problemas públicos que envolvem entraves nos processos e que necessitam de apoio estatal, tanto por parte da prefeitura como do Governo do Estado. Algumas questões de destaque são as decisões sobre o uso de áreas ociosas para plantio, a venda

de alimentos para políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, demandas de assistência técnica, qualidade de recursos naturais como a água e solo, certificação da produção agroecológica, criação de mais espaços de comercialização e maiores investimentos por parte do poder público.

De acordo com os dados, a atuação dos coletivos passa por políticas públicas ligadas à segurança alimentar, saúde e nutrição, educação, assistência social e planejamento urbano e envolve disputas com outros atores ligados à especulação imobiliária, redes de supermercados e indústrias do setor alimentício. Muitas questões da operacionalização da atuação dos coletivos na RMSP afetam individualmente os coletivos e tem levado a estratégias individuais, mas percebe-se um crescente movimento em direção a criação de redes e formas de articulação que podem vir a dar maior visibilidade a questões que afetam a vários, criando respaldo para enfrentar desafios e ganhar institucionalidade, como pode-se ver a seguir.

#### ***4.4 As associações entre os coletivos: redes e interfaces socioestatais***

Todos os coletivos ligados à cidade e mobilidade urbana investigados na AMB estabelecem colaboração com outros coletivos da AMB e, alguns deles, com coletivos que encontram-se sediados e desenvolvem atividades em outros locais do país.

Quanto à área de atuação dos parceiros, também há heterogeneidade, ou seja, não se observa uma especificidade de conexões entre os atores. Por exemplo, os coletivos voltados ao cicloativismo, possuem parceiros ligados a outras formas de mobilidade além do ciclismo, como a pé, mas também com coletivos cuja atuação é o urbanismo. Nos coletivos de agricultura urbana investigados na RMSP, as práticas de associação entre coletivos ocorrem da mesma forma, com parceiros que desenvolvem atividades similares, como no caso das hortas urbanas, mas também com outros cuja atuação é mais ampla, inserindo-se no espectro da sustentabilidade. Chamam a atenção as várias vinculações com coletivos que orientam-se para a participação feminina e feminismo não somente na agricultura urbana, mas também na sociedade. Além disso, parece existir na RMSP, entre os coletivos analisados, uma lógica de proximidade geográfica com os coletivos indicados como parceiros. Este indicativo é coerente com as técnicas de produção e distribuição da agricultura urbana realizada por pequenos coletivos (muitas vezes familiares) e com os aspectos culturais ligados ao território produtivo e de atuação dos coletivos.

Essas associações entre coletivos de atuação heterogênea reforça o sentido político atribuído a suas práticas. Mesmo na RMSP, onde os coletivos de agricultura urbana de regiões periféricas possuem uma dimensão de geração de renda para seus participantes, algo que não é o objetivo direto dos coletivos investigados na AMB, as conexões com outros coletivos reforçam a localização de suas práticas em arcabouços de compreensão mais alargada dos problemas

públicos. O cicloativismo ou “andar a pé”, ligam-se a formas alternativas de mobilidade urbana, mas também à intervenções que reconfiguram o espaço urbano e até a uma transformação cultural relacionada à cidade.

As hortas urbanas são meios de subsistência em regiões periféricas, mas também associam-se à sustentabilidade pelo cultivo orgânico ou agroecológico e, simultaneamente, visam intervir sobre situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres nesse meio e nos demais espaços sociais. Através de suas práticas de associação, os coletivos (re)interpretam e agregam novas dimensões às situações cotidianas vivenciadas pelos atores individuais, conectando-as a problemas sociais mais amplos e historicamente construídos. Nesse sentido, as práticas passam por parcerias específicas, afeitas ao mesmo arcabouço técnico de iniciativas, mas também parcerias plurais que reforçam a promoção de deslocamentos de sentidos e de interesses que potencializam novas performances para os atores, configurando estratégias de mobilização que vão do particular ao global, mesclando o campo técnico e o campo político.

No que se refere aos parceiros que constituem-se como redes (ou associações que atuam como redes), somente um coletivo não realizou esta indicação, no entanto, este coletivo é, ele mesmo, uma união nacional. Este tipo de vinculação também é portador de maior possibilidade de atuação e incidência do coletivo e, da mesma forma que acontece na associação com outros coletivos, permite representações diversificadas e mais abrangentes dos problemas públicos. Simultaneamente, a vinculação com redes de coletivos possibilita influenciar outros espaços cuja abrangência geográfica não fica limitada àquela na qual o coletivo realiza suas atividades de intervenção direta. Esta estratégia de articulação do coletivo com redes de coletivos também pode permitir a troca de experiências, de conhecimentos e o aperfeiçoamento de instrumentos de ação, posicionando o coletivo em um território-rede que pode induzir a geração de práticas inovadoras de ação no âmbito dos objetivos e das iniciativas dos coletivos.

Um coletivo paulistano e um coletivo brasiliense se apresentam simultaneamente como coletivos e fóruns articuladores de redes de movimentos. Nesses, a articulação com atores externos se dá em três níveis: local, nacional e internacional. As vinculações são mais diversificadas no âmbito local (tanto informais como institucionais). No âmbito nacional, a presença em instituições participativas (interfaces socioestatais formais) foi repensada após a crise da democracia representativa, conforme resposta de participantes da pesquisa. A atuação é mais tímida no âmbito internacional, mencionando iniciativa da Agenda 2030 das Nações Unidas, no caso do coletivo brasiliense, e da Marcha Mundial de Mulheres, no caso do coletivo paulista. Os demais coletivos não se auto identificaram como redes e não mencionaram vinculações internacionais.

A grande maioria dos coletivos investigados fazem parte de instituições participativas municipais ou distritais, sendo que somente dois coletivos, um na AMB e outro na RMSP, afirmaram que não atuam em nenhuma instituição participativa. Os coletivos dão preferência à participação em conselhos de âmbito local. Tal participação, entretanto, não obsta a existência de dificuldades para a geração de incidência em políticas públicas.

Ainda sobre a institucionalização das relações, entre as parcerias tecidas, destaca-se a presença majoritária de laços estabelecidos com instituições pares (outros coletivos), e menos vínculos com instituições estatais ou financiadoras de iniciativas. Usualmente, quando as parcerias institucionais acontecem com o poder público, são indicadas secretarias como agricultura e abastecimento, meio ambiente, cultura (na RMSP) e desenvolvimento urbano e habitação, transporte e mobilidade (na AMB). Somente um coletivo não indicou nenhuma parceira institucional. Entre os coletivos investigados na RMSP, vários indicam como parceiros escolas, o que é coerente com suas atividades de produção e comercialização para por meio de hortas educativas.

Apesar das parcerias com o poder público existirem para a maioria dos coletivos investigados, sua diversidade não é tão grande como aquelas verificadas com outros coletivos e redes. Tal percepção levanta questões sobre a pouca existência de instrumentos para promoção da ação pública, envolvendo canais de diálogo, e programas que possibilitem a intermediação com os coletivos, bem como é possível compreender que vários desses grupos desenvolvem práticas estratégicas inovadoras, por meio de formas de engajamento pautadas por relações horizontalizadas e possibilidades mais autônomas de construção coletiva.

#### **4.5 Os processos decisórios dos coletivos**

O questionário inclui uma sessão de identificação e caracterização do envolvimento dos coletivos em pelo menos uma iniciativa (processo, projeto ou iniciativa em geral), o nível de engajamento com outros atores e uma avaliação do nível de preparação do coletivo em termos dos processos decisórios possivelmente associados à iniciativa indicada.

Dos vinte coletivos respondentes, dezessete indicaram estar atualmente engajados em pelo menos uma iniciativa que envolve outros atores, públicos ou privados. Isto é um indicador importante que registra um grau muito elevado de atividade dos coletivos em geral. Estas iniciativas são, na amostra, todas desenvolvidas com outros atores, tanto institucionais de diversas escalas, como também com outros coletivos, o que evidencia a percepção de ganhos ou, possivelmente, a necessidade de estabelecer coalizões para aumentar a sua capacidade de intervenção.

A avaliação das capacidades do coletivo para desenvolver ou participar na iniciativa, ao considerar capacidades intrínsecas para desenvolver a iniciativa, medida numa escala de 1 (baixa) a 10 (alta), apresenta valores médios elevados, indicando uma percepção de que a atividade do coletivo é robusta e capaz de produzir impacto. Quando questionados sobre a capacidade técnica do coletivo para participar na iniciativa, o valor da moda das respostas é 8, o que indica uma dinâmica de qualificação dos coletivos e um ajuste adequado dos seus membros aos problemas que abordam. Como esperado, e corroborando a natureza dos movimentos de coletivos, quando questionados sobre o grau de envolvimento na iniciativa, a moda das respostas tem o valor de 10, indicando um grande grau de comprometimento com as causas do coletivo e, possivelmente, uma grande ligação à comunidade representada pelo coletivo. Apesar deste nível de confiança tanto na capacidade técnica do coletivo como no nível de atuação na iniciativa, quanto questionados sobre a percepção do impacto que o coletivo tem na iniciativa a moda das respostas baixa para 7, o que ilustra uma possível defasagem entre o grau de envolvimento e expectativa dos coletivos em suas iniciativas e o resultado obtido nos respectivos processos.

Quando perguntados sobre a necessidade de adquirir mais capacidades técnicas em conhecimento e métodos para apoio aos processos de tomada de decisão associados à iniciativa, a moda das respostas tem o valor de 9, o que indicia a percepção do potencial que a incorporação de conhecimento e métodos diferentes dos já usados pelo coletivo pode aportar à prática do coletivo. No entanto, existem algumas respostas com valores mais baixos, indicando uma possível falta de conhecimento do potencial de incorporação de práticas mais qualificadas de tomada de decisão. A variabilidade das respostas obtidas pode ser consequência dos diferentes estágios e graus de maturidade da amostra de coletivos, que variam de coletivos de gênese familiar atuando localmente até coletivos organizados (e talvez até semi-profissionalizados) com âmbitos de atuação estadual ou mesmo nacional.

Finalmente, os coletivos foram questionados sobre as principais áreas de interesse para desenvolver mais capacidade técnica em relação à iniciativa elencada, bem como possíveis gargalos e barreiras à sua atuação. Na questão relativa à capacidade técnica há uma diversidade grande de necessidades, sendo que a mais comum se refere à necessidade de métodos ou ferramentas para aumentar a articulação social com outros atores, o que mostra o caráter central das redes na atuação dos coletivos. Outro aspecto referido se relaciona com o desenvolvimento/gestão de projetos. A questão, relativa a barreiras e gargalos associados à iniciativa, tem um conjunto de respostas ainda mais fragmentado, não havendo nenhum assunto predominante, para além de duas referências a questões associadas a financiamento.

Em resumo, os resultados do questionário mostram a valorização do trabalho em rede como aspecto fundamental do modelo de operação dos coletivos independentemente da área de

atuação, escala, maturidade institucional ou área de localização. Também podemos concluir que há um entendimento claro da necessidade dos coletivos serem capazes de atuar por via de processos de tomada de decisão qualificados, e que estes se associam à maior impacto. No entanto, há um certo desconhecimento em termos gerais de como esta qualificação pode vir a se processar no âmbito da operação dos coletivos, consequência também da variedade de agendas e graus de maturidade organizacional e técnica dos coletivos alvo da nossa pesquisa.

## **5. CONCLUSÕES**

Esta primeira fase da nossa pesquisa serviu para a conceitualização do contexto político e socioeconômico em que os coletivos emergiram e operam atualmente no Brasil, em função das complexidades sócio-políticas e de funcionamento institucional que o processo de participação pública atravessa atualmente.

Através da nossa pesquisa, para as áreas de atuação indicadas e para uma amostra com significado qualitativo de coletivos que atuam na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), foi possível construir uma primeira análise sobre a importância de alguns aspectos da atuação dos coletivos, nomeadamente referentes à importância e diversidade das redes institucionais e de outros grupos equivalentes, os âmbitos de atuação, e a percepção, em termos agregados, em relação ao valor do conhecimento e metodologias de apoio à tomada de decisão na qualificação destes coletivos para a ação pública e sua participação em iniciativas em curso.

Na AMB, uma região fortemente marcada pelas desigualdades, as ausências e dificuldades relacionadas ao acesso, apropriação e adequação dos meios de transporte, constituem-se como pontos nevrálgicos de integração, inclusão e compartilhamento não somente de lugares, mas também de oportunidades relacionadas à economia, à política, à cultura e ao lazer, caracterizando o território vivido. Nesse sentido, a atuação dos coletivos seja no âmbito das intervenções diretas no espaço público das cidades (pontuais ou amplas), seja na busca de alternativas e aperfeiçoamentos na mobilidade, caracteriza-se como ação pública orientada para a solução de problemas que têm estruturado historicamente a organização social, política e econômica da Área Metropolitana de Brasília.

Na RMSP, os desafios ligados à segurança alimentar, a altos índices de desnutrição e doenças ligadas a estes, e as questões ambientais de uma região densamente povoada, torna a discussão de cidades mais sustentáveis e a criação de soluções que façam melhor uso de recursos naturais temas de interesse político, acadêmico e de âmbito local e macro. Os coletivos que se mobilizam em torno destas temáticas vêm desenvolvendo esforços e apresentando propostas de

ação pública que possuem um potencial significativo ligado à produção de alimentos e à relação territorializada com as vulnerabilidades urbanas.

Estes resultados irão informar a próxima etapa da pesquisa em que uma amostra mais reduzida dos coletivos inquiridos será alvo de um estudo mais detalhado quanto à sua organização, atuação e engajamento efetivo em processos de tomada de decisão. Nesta nova fase iremos analisar o conhecimento e métodos usados pelos coletivos e avaliar a sua competência em tomada de decisão, através da realização de dois workshops em cada um dos estudos de caso. Posteriormente, serão selecionados dois coletivos, um em cada estudo de caso e em cada área de atuação de interesse, e será realizado um processo colaborativo com estes para desenvolver a sua capacidade técnica e metodológica, qualificar e dar efetividade a um processo de tomada de decisão inscrito numa iniciativa concreta que o coletivo tenha em curso. Este será um processo de coprodução de conhecimento em tomada de decisão.

### ***Agradecimentos***

Esta pesquisa tem o apoio do Fundo de Apoio à Recuperação da Pesquisa 2021 da Escola de Ambiente, Educação e Desenvolvimento, Universidade de Manchester, Reino Unido.

### ***REFERÊNCIAS***

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v.57, n.2, p.325-357, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>

ABREU, Kate; BORGES, Zilma, PORTO, Lya; SPINK, Peter. Livable Cities and daily Life: local level Urban Agriculture in Orizânia, São Paulo and Montreal. In: VAN MONFORT, COR, MICHELS, ANK. (Org.). **Partnerships for Livable Cities**. 1.ed.Basingstoke:Springer International Publishing, p.39-58, 2020.

ADAMS, Cristina.; BORGES, Zilma.; MORETTO, Evandro ; FUTEMMA, Célia. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.25, n.81, p.1-13, 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>.

ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, ( ju 2017), p.49-58, 2017.

ANDRADE, Jackeline A. Formação estratégica: as políticas públicas a partir das práticas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 1, p. 47-63, 2011.

ANDRADE, Jackeline A.; VALADÃO, José A. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 51, n. 3, p. :407-430, 2017.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BEUKERS, Els, Luca BERTOLINI, and Marco Te BROMMESLTROET. **Why Cost Benefit Analysis Is Perceived as a Problematic Tool for Assessment of Transport Plans: A Process Perspective Transportation research**. Part A, Policy and practice 46.1 (2012): 68–78..

BLAZOTI, André R. **Engajamento político na agricultura urbana**: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo. (ESALQ/USP), 2020.

BIDERMAN, Ciro, SWIATEK, Daniela Coimbra, **Challenging the conventional wisdom: the case of MobiLab, São Paulo, Brazil**. GEERTMAN, S.; EDWARD ELGAR PUBLISHING; STILLWELL, J. Handbook of Planning Support Science. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2020. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.manchester.idm.oclc.org/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=nlebk&AN=2381089&site=ehost-live>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BORGES, Zilma. **Formas emergentes de Acción Colectiva**. Límites y oportunidades para la acción pública y la democracia directa. Torruella, J., Martins, S., & Nebot, C. (Eds.). ¿Una nueva democracia para el siglo XXI? Argentina: CLACSO, 2020. doi:10.2307/j.ctv1gm01b0

BRASIL. **Participação social no Brasil**: entre conquistas e desafios. Secretaria-geral da Presidência da República, Brasília, 2014. Disponível em: [https://issuu.com/secretariageralpr/docs/participacao\\_social\\_no\\_brasil](https://issuu.com/secretariageralpr/docs/participacao_social_no_brasil)

CARVALHO, Laura M. **Agricultura Urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (PPGSGS/FSP/USP), 2021.

CARVALHO, Laura M.; BÓGUS, Cláudia M. **Gender and Social Justice in Urban Agriculture**: The Network of Agroecological and Peripheral Female Urban Farmers from São Paulo. *Soc. Sci.*, 9, 127, 2020.

CRUZ, Fernanda N.B. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Ed. UnB, Brasília, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/63/49/229-1>

CRUZ, Fernanda N.B; DAROIT, Dorian. Das dinâmicas transversais às múltiplas efetividades das interfaces socioestatais. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, Maceió, 2021.

DAROIT, Dorian; CRUZ, Fernanda N.B.; BASTOS, Ana P.V.I; LARANJA, Lara S. **Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal**. *Revista Nau Social*, v.9, n.17, p.118-128, 2018.

DOWBOR, Mônica; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria C. As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v.105. p. 47-80, 2018.

GOHN, Maria G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, pp. 117-133, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 29, p. 11-24, 2003.

HALPERN, C., LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique: controverses, résistances, effets**. Presses de Sciences Po, 2014.

KELMAN, S. **Cost-Benefit Analysis: An Ethical Critique**. Regulation (Washington. 1977) 5.1 (1981): 33–40

LÚCIO, Magda L.; DAROIT, Dorian; BESSA, Luiz F. M.; MADURO-ABREU, Alexandre. Sentidos e significados de se planejar estrategicamente nas organizações públicas - Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. **Revista NAU Social**, v. 5, n. 9, p. 151-160, 2014.

LATOUR, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes**. Paris: La Découverte, 1997.

LATOUR, Bruno. **La science en action: introduction à la sociologie des sciences**. Paris: La Découverte, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Edufba, 2012.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Sociologia da ação pública. Maceió: Edufal, 2012.

MARTENS, C.J.C.M. Substance Precedes Methodology: On Cost-Benefit Analysis and Equity. Transportation (Dordrecht) 38.6 (2011): 959–974. Web.

MARTINS, Ananda M. **Entre a utopia do direito à cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF**. 2016. xix, 166 f., il. Tese (Doutorado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MONTORO, André F; MELO, Fernando H. **A Batalha da Alimentação no Governo Franco Montoro**. São Paulo: PW, 1987.

NAGIB, Gustavo. Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 715-739, 2019.

NAKAMURA, Angélica C.; MARCOS, Valéria de. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. **Estudos Avançados**, 35 (101), 2021.

NIJKAMP, Peter., Piet. Rietveld, and Henk. Voogd. **Multicriteria Evaluation in Physical Planning**. Amsterdam, Netherlands; North-Holland, 1990. Print.

PAMPLONA, Pablo, MENDES, Carlos E. A Memória das Comunidades Eclesiais de Base à Luz da Psicologia da Libertação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.20, n.2, p. 665-681, 2020.

PORTO DE OLIVEIRA, Lya C. **Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. Tese de doutorado. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), 2017.

PEREZ, Olívia C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, p. 577-596, 2020.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo? Um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais. **Texto para discussão**. IPEA, Brasília, 2012. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td\\_1707.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1707.pdf)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. (4ª ed.). São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno CRH** v.21, n.54, p.505-517, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no Século XXI. **Política & Sociedade**. v. 13, n. 28. p. 13-34, 2014.

SCHOFIELD, John A. **Cost-Benefit Analysis in Urban and Regional Planning**. London; Routledge, 2018.

SCHVARSBERG, Benny. A carroça ao lado do avião: o direito à cidade metropolitana em Brasília. **Cadernos Metrópole**, v. 19, p. 313-334, 2017.

SPINK, Peter. **Beyond public policy**: a public action languages approach. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: Pires, R., Lotta, G., & Oliveira, V. E. (Coord.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Ipea, Enap, 2018.

VENTURINI, Tommaso. **Diving in magma**: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

WONG, Cecilia. **Indicators for Urban and Regional Planning the Interplay of Policy and Methods**. London and New York: Routledge, 2006.